



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

63ª Reunião Extraordinária do Conama

Realizada em
Brasília/DF.
22 de abril de 2025.

(Transcrição ip[s]is verbis)
Empresa RDK Degravações e Eventos

1 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Boa tarde, senhoras e senhores, conselheiras
3 e conselheiros do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Temos quórum, fui informado,
4 portanto, podemos dar início à 63ª Reunião Extraordinária do Plenário do CONAMA, que,
5 na data de hoje, terá como único assunto a avaliação do relatório do Grupo Assessor de
6 Revisão da Composição do CONAMA. Todos receberam os documentos, todos
7 receberam o relatório, aliás, há um bom tempo que esse relatório já foi aprovado há cerca
8 de um ano, não é isso? Pelo Grupo Assessor. Todos tiveram oportunidade de ler, pensar
9 a respeito, refletir, certo, Rodrigo Augustinho? Então, acho que nós estamos prontos para
10 discutir o relatório, aproveitando aqui a sempre acolhida fraterna do Ibama, representado
11 pelo seu presidente aqui, Rodrigo Augustinho. E, então, de imediato, então, antes de
12 passar a palavra ao relator do Grupo Assessor de Revisão da Composição do CONAMA,
13 nós temos aqui um pedido de requerimento de regime de urgência, correto, Marcela?
14 Então, vou pedir para a Marcela fazer a leitura, que minha voz, vocês podem ver, está
15 meio capenga, peguei uma gripezinha, então vou pedir para a Marcela ler.

16 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
17 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Está bom. “Em maio de 2023, o CONAMA, na primeira
18 reunião após a retomada de suas atividades, criou o Grupo Assessor de Revisão da
19 Composição do Conselho, tendo referido o grupo, realizado quatro reuniões ordinárias e
20 um seminário com convidados externos para acolher subsídios para as suas discussões.
21 No dia 1º de fevereiro de 2024, na 4ª Reunião Ordinária do Grupo Assessor, foi aprovada
22 por unanimidade a proposta de nova composição do Conselho ao ser submetida ao
23 plenário. A 63ª Reunião Extraordinária, prevista para ser realizada em 15 de abril de
24 2025, deverá tratar do tema Revisão da Composição do Conselho. Considerando a
25 relevância da matéria para o desejado aprimoramento deste Conselho, considerando que
26 o produto final do trabalho do grupo foi disponibilizado há mais de um ano, criando assim
27 prazo bastante dilatado para apresentação de eventuais críticas e sugestões e,
28 considerando que se aproxima o final do período de gestão da atual composição do
29 CONAMA e que a referida matéria foi sublinhada pela atual composição como um dos
30 temas de prioridade estratégica, entendendo assim a urgência da apreciação dessa
31 matéria pelo plenário, a bancada ambientalista através da subscrição das entidades

32 abaixo relacionadas e com base no que prevê o artigo 18 do Regimento do CONAMA,
33 vem requerer ao plenário a adoção do regime de urgência da matéria em questão, qual
34 seja a avaliação da proposta de revisão da composição do CONAMA. Atenciosamente,
35 subscrevem Sociedade Cível, Mamirauá, Instituto Baleia Jubarte, e mais, Fundação Para
36 a Natureza, Institutos Amigos de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Instituto
37 Guaicuy, Associação Catarinense de Preservação da Natureza, Associação de Defesa
38 do Meio Ambiente de Araucária, Fundação Vitória Amazônica, Instituto Alana.”

39 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
40 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem. Alguém gostaria de fazer algum
41 comentário antes de ir para a votação do regime de urgência? Não há nenhum
42 comentário. Coloco em votação o pedido de regime de urgência para o tratamento da
43 matéria da pauta de hoje, ou seja, a proposta de revisão da composição do CONAMA,
44 com base no relatório do grupo assessor. Quem for a favor, que se manifeste, por favor.
45 Vou fazer a contagem. Concluída a contagem? Um minutinho. Quem é contrário, por
46 favor. Contrários, por favor. Bom, por contraste, fica evidente a aprovação. Então, só para
47 a contagem, para registro, por favor. Abstenção? Duas, três, quatro. Quatro abstenções.
48 Cinco. Cinco abstenções. Abstenção? Não. Aqui é que nem leilão, meu amigo. Você se
49 mete assim, está vendido. Aquele senhor de gravata ali, aquele senhor alinhado, de
50 óculos e gravata, está vendido. Qual foi a contagem? Só para registro. Não, mas tudo
51 bem. Para o contraste, ficou evitado. Só para registro, em ata, inclui em ata, por favor, os
52 números. Então, de imediato, convidamos o/a relator, relatora do grupo assessor para
53 apresentar o relatório ao plenário. Com a palavra, Heloísa, representante do Conselho
54 Nacional das Reservas da Biosfera da Mata Atlântica e outras cositas mais. Instituto
55 Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Por favor, Helô.

56 **A SRª. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
57 **da Mata Atlântica)** – Boa tarde a todo mundo. Heloísa Dias, representando as entidades
58 [Ininteligível] em âmbito nacional, Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata
59 Atlântica. Bom, por delegação do nosso presidente do grupo assessor, Mauro, aqui
60 presente, vou fazer a apresentação do grupo. Isso aqui, acho que vira para cá. Só não
61 posso cair. Mais seguro. Bom, tem um documento extenso, eu vou me abster de alguns

62 pontos, porque eu vi que tem mais propostas a serem apresentadas. A gente fala sobre
63 a composição do grupo, a linha do tempo, quais são os esforços feitos, principais
64 documentos considerados pelo garco, pressupostos, proposta aprovada, métodos e
65 critérios para escolha dos conselheiros, propostas adicionais e encaminhamentos
66 sugeridos ao plenário. Esse documento já deve ter, acho que foi disponibilizado na última
67 ordinária onde a gente participou e apresentou esse trabalho. Ressalto aqui que essa
68 proposta do grupo assessor, ele tem uma composição representando os diversos
69 segmentos das entidades ambientalistas, setor empresarial, também passando aqui os
70 outros setores que estão representados no grupo. Próximo slide, pode ir, não vou ler os
71 nomes não, gente, mas está à disposição. Próximo slide. Governos municipais, governos
72 estaduais. Próximo slide. Governo Federal. E aí pode esperar um pouquinho. Então, por
73 deliberação desse grupo assessor, saiu essa proposta tida por unanimidade do grupo e
74 que a gente traz aqui. Então, não estamos apresentando uma proposta da sociedade civil
75 e sim a proposta do grupo assessor com o voto de todos esses setores. Vamos lá. Tem
76 a decisão do Supremo Tribunal Federal. Vou só mencionar também os documentos que
77 serviram como base para os estudos e a proposição. A DPF 623, para suspensão do
78 decreto de 9.806 de 2019, que modificou a composição do CONAMA. O entendimento
79 da Corte foi que houve restrição do direito de participação, com isso os trabalhos-
80 conselhos também ficaram suspensos. Depois tivemos a eleição da presidência, onde foi
81 formado, na primeira reunião de retomada, um grupo de transição, foi feito um grupo de
82 transição, que também sugeriu que garantisse o retorno imediato das atividades do
83 CONAMA. Seguinte. Passando bem rápido. Primeira reunião após a retomada, a 138ª
84 Reunião Ordinária do CONAMA. Foi criado o grupo assessor de composição do
85 conselho, contando com representação de todos os setores, governo federal, estaduais,
86 municipais, setor empresarial, sociedade civil e trabalhadores. O grupo realizou quatro
87 reuniões ordinárias e um seminário com convidados externos para acolher subsídios para
88 suas discussões. Na 4ª Reunião Ordinária do grupo assessor, foi aprovada essa
89 proposta, aqui trazida, por unanimidade, proposta de composição do conselho a ser
90 submetida ao plenário, com recomendações adicionais para ampliação e qualificação da
91 participação. Então, além do quadro de número de representantes, essa proposta traz
92 também algumas outras sugestões para o colegiado e para o conselho como um todo.

93 Vamos lá. Próxima. Principais documentos, decisão do Supremo, ADPF 623. O ofício 30
94 de 2023 do Ministério Público Federal, Procuradoria Regional da República 3ª Região,
95 que apresenta balizas contidas no acórdão proferido pelo Supremo, na ADPF, a serem
96 seguidas na minuta para o novo decreto de composição. Considerou-se também no
97 grupo assessor discussões realizadas no seminário CONAMA Participativo e
98 Representativo, organizado pelo próprio grupo assessor, em 18/10 e 25/10/2023. A nota
99 técnica, feita pelo WWF Brasil Imaflora e Sebrape, sobre reconstrução democrática do
100 CONAMA, arquitetura institucional para um conselho forte e representativo, e o seminário
101 técnico Participação Social e Fortalecimento do CONAMA, em 23/11. Outro documento
102 também considerado foi o documento Contribuições da Frente Nacional dos Prefeitos
103 para a Revisão da Composição do CONAMA, em 18/12/2023. E também um documento
104 de Contribuições da Sociedade Civil à Proposta da Secretaria Executiva do CONAMA e
105 ao Grupo Assessor de Revisão da Composição, que foi entregue também no 22/12, onde
106 traz a proposta específica da sociedade civil para o grupo assessor. Documento
107 Declaração, em separado, das Contribuições da Sociedade Civil à Proposta da Secretaria
108 Executiva do CONAMA ao Grupo Assessor de Revisão, feito pela AMAR, Associação de
109 Defesa do Meio Ambiente de Araucária. 14 ofícios de diversos setores e organizações
110 encaminhados à Secretaria Executiva do Ministério, com sugestões referentes à
111 participação e representação no CONAMA, muitos deles com demanda de
112 representatividade de algumas categorias e representações de outros órgãos e
113 instituições. Os principais... Vou ler só o título, gente, porque todos já foram apresentados
114 e têm esse documento. O CONAMA é um conselho multissetorial, proposta a manter a
115 busca de reequilibrar a representação dos setores, que estão na sua composição. A
116 representação do poder público é plural. A proposta busca garantir o equilíbrio dessas
117 representações e o fortalecimento do pacto federativo. É desejável que o CONAMA tenha
118 um número fixo de membros com direito a voto. Proposta em prejuízo da ampliação do
119 número de conselheiros sem direito a voto. Vamos lá ao próximo. Outro pressuposto.
120 Próximo slide. Esse é o próximo? É desejável garantir que a composição do conselho
121 reflita a pluralidade social e, ao mesmo tempo, assegure o andamento dos trabalhos. É
122 desejável um maior equilíbrio entre representantes do poder público e representantes
123 não governamentais. A proposta contempla 50% de representantes do poder público e

124 50% de representantes não governamentais. Essa é a proposta aprovada pelo grupo
125 assessor, com um total de 90 participantes. Governo Federal, 15. Governos estaduais,
126 15. Governos municipais, 15. Entidades ambientalistas, 22. Esses cinco são dos
127 movimentos sociais. Estão especificados aí na sequência. Cinco vagas para movimentos
128 sociais. Academia científica, quatro. Trabalhadores urbanos e rurais, quatro. Entidades
129 profissionais, dois. Entidades empresariais, oito. Isso foi o que se conseguiu dentro de
130 um certo consenso do grupo assessor. Não é nenhuma... Tem vários setores que
131 realmente tinham outra proposta, mas foi o acordo, a princípio, conseguido, que foi
132 trabalhado. Os conselheiros sem direito a voto recomendam-se manter a composição
133 atual, com os seguintes representantes, Ministério Público Federal, Ministérios Públicos
134 Estaduais, todos eles com um representante, Ministérios Públicos Estaduais, Comissão
135 de Meio Ambiente do Senado Federal e Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento
136 Sustentável da Câmara dos Deputados. Também se pensou alguns critérios de escolhas
137 e propostas. Eu acho que posso passar? Ou vocês querem que eu leia tudo? Porque
138 vamos ter mais três ou quatro propostas aqui sendo lidas. Podemos, depois, retomar. Ou
139 acham que está... Melhor passar? Governo Federal, critérios a serem definidos pelo
140 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, juntamente com a Casa Civil. Os
141 representantes dos governos estaduais, indicação pela ABEMA. Governos municipais,
142 indicação pela ANAMMA, Fundação Nacional dos Prefeitos, Federação Nacional dos
143 Prefeitos, Conselho Nacional dos Municípios e Associação Brasileira de Municípios.
144 Entidades ambientalistas, eleição por edital, dentre os inscritos no Cadastro Nacional de
145 Entidades Ambientais, Sociedade Civil, será consultada sobre critérios. Os
146 movimentos sociais, eleição por edital, Sociedade Civil será consultada sobre critérios.
147 Academia e Setor Científico, SBPC e ABC, serão consultadas sobre critérios de escolhas.
148 Trabalhadores urbanos e rurais, indicação por centrais sindicais, conforme legislação
149 atual. Entidades profissionais, eleição por edital. Entidades empresariais, mantém
150 indicação na forma do decreto atual. O próximo item. Propostas adicionais. Alternância
151 nas representações. Ampliação da diversidade de raça, gênero e grupos sociais.
152 Mecanismos para ampliar a participação e o controle social no Conselho, super
153 destacado por todos. Mecanismos que podem contribuir para qualificar a participação no
154 Conselho. Próximo. Encaminhamentos sugeridos ao plenário. Que a presidência do

155 Conselho encaminhe ao presidente da República a recomendação de alteração do
156 decreto 99.274.90, no que tange à composição e ao funcionamento do CONAMA, nos
157 termos desta proposta. Criação do grupo assessor para elaboração da proposta de
158 código de ética do CONAMA. Que isso foi proposto desde nossa primeira reunião de
159 retomada e não fizemos nenhum movimento ainda nessa direção. E acho que seria muito
160 interessante. Criação do grupo assessor para elaboração da proposta de um cadastro
161 científico do CONAMA. Existe uma proposição pela sociedade civil também de criar um
162 fórum de cientistas para assessorar os conselheiros de uma forma geral. Multidisciplinar,
163 é claro. Que a Secretaria Executiva elabore relatório anual sobre raça e gênero no
164 CONAMA e proposta de curso de formação para conselheiros. A gente leva um ano para
165 entender como funciona e o mandato acaba no ano seguinte. Então fica meio acelerado
166 o processo. É isso. Estou apresentando como um dos membros e são membros do grupo
167 assessor, presidido pelo doutor Mauro Pires, que estava aqui, mas deve estar por aqui,
168 ou aqui por perto, nessa proposição inicial. Ok? Obrigada, gente.

169 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
170 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigada, Heloísa. Lembrando que o que
171 estamos discutindo aqui com esse relatório, estamos tratando de uma recomendação ao
172 Presidente da República. Portanto, é um debate que, ao fim e ao cabo, caso seja
173 aprovado, nós estaremos, então, submetendo a apreciação do Presidente da República,
174 que poderá adotá-lo ou não, em parte ou em todo, a depender da avaliação feita pela
175 presidência. Então, está em discussão o relatório apresentado. Gostaria de abrir para os
176 debates, para quem tiver sugestões, complementações, propostas e ajustes, ou outros
177 encaminhamentos que lhes convierem. Por favor, aberto ao debate. Por favor. Eduardo,
178 ABEMA, secretário de meio ambiente do nosso glorioso Estado do Amazonas.

179 **O SR. EDUARDO COSTA TAVEIRA – TITULAR (Representante do Estado do**
180 **Amazonas)** – Obrigada, Capobianco, toda a mesa, também aos conselheiros e
181 conselheiras aqui presentes. Obviamente que a ABEMA não se opõe às construções que
182 foram feitas até o momento, mas a gente queria somente colocar uma ponderação e um
183 encaminhamento. Baseada na decisão do STF, a demanda que foi colocada é que não
184 houvesse perda de representatividade, em especial para a sociedade civil.

185 Historicamente, os governos estaduais têm representados aqui neste Conselho os seus
186 27 estados da federação, como parte integrante desses conselhos. Por uma questão
187 óbvia e simples, mais de 95% da implementação da política de meio ambiente do Brasil
188 é de responsabilidade dos estados, nos seus diversos biomas. Então, ao contrário do que
189 se prevê da própria decisão do STF, a proposta que está em curso, que está apresentada
190 à mesa, traz uma redução significativa da participação dos estados junto ao CONAMA.
191 Isso nos cria um outro nível de preocupação, que é como tomar a decisão de qual estado
192 vai representar as demandas e acompanhamento aqui nesse Conselho. A gente exclui o
193 Pampa, Rio Grande do Sul, a gente exclui Mato Grosso do Sul para discutir Pantanal, a
194 gente discute a exclusão de Pará ou de Amazonas, que discute as questões relacionadas
195 à Amazônia, toda a diversidade do Nordeste relacionada à Caatinga, desertificação.
196 Então, não é uma decisão simples. Do ponto de vista paritário, a gente tem que entender
197 que a preocupação não é somente com as questões numéricas ou tornar este Conselho
198 mais ágil, mas é continuar com que este Conselho seja representativo dos espaços da
199 sociedade que constroem a política pública de fortalecimento do SISNAMA. Então, a
200 proposta que a ABEMA encaminhou, mantendo a paridade, é que houvesse a
201 continuidade dos 27 estados participando como representante e fizesse, obviamente, o
202 aumento proporcional às entidades relacionadas aos movimentos sociais para que a
203 gente pudesse continuar atendendo os requisitos e o espírito da decisão do STF. Então,
204 a proposta que foi encaminhada aqui à mesa foi que a gente pudesse estabelecer um
205 total, mantendo a paridade e a participação dos 27 estados, de 114 representantes, um
206 número, ainda assim, equitativo do ponto de vista da representação, sem a necessidade
207 de uma perda que pode causar um prejuízo, como causou o momento que houve o
208 enfraquecimento do CONAMA nas representações estaduais. Muitos estados aqui
209 concentram, inclusive, o licenciamento ambiental de todos os municípios, de todos os
210 estados. Então, o temor que a gente tem que, na perspectiva de atender a
211 representatividade e reestabelecer de um período complicado para o CONAMA, se faça
212 isso com a perda da representação dos estados. É isso. Obrigado, presidente.

213 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
214 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito obrigado. Palavra aberta. Mais alguém
215 gostaria de se manifestar? Marçal, por favor.

216 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**
217 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA)** – Marçal Cavalcante, presidente da
218 ANAMMA. Capobianco, senhoras e senhores. Nessa questão da paridade, nós também
219 vamos pedir que a ANAMMA tenha 27 vagas para que a gente possa ser paritário. Nós
220 somos 5.570 municípios. Que paridade é essa? Essa paridade só serve para o Estado?
221 O Estado é representado. Nós ficamos representados pelos biomas. Nós dividimos a
222 ANAMMA em 5 biomas e colocamos as regiões. Agora que é o momento de ter a
223 paridade, nós estamos também reivindicando que os municípios vão para a mesma
224 paridade da ABEMA como entre tantos federados como é. Está bom?

225 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
226 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Mais alguém gostaria de se manifestar? Nesse
227 leilão de vagas. Alguém quer mais vagas por aí? Interessante, não é? A gente pode fazer
228 um conselho de talvez 400 membros. Mais alguém gostaria de se manifestar?

229 **O SR. EDUARDO ARMOND CORTES DE ARAÚJO – TITULAR (Centrais Sindicais e**
230 **Confederações de Trabalhadores da Área Urbana – CNTI e CNTC)** – Eduardo
231 Armond. Eu sou do representante da CNTI aqui no conselho. Uma observação fácil de
232 ver ali. Hoje nós temos dois representantes. A CNTI e a CONTAC, objetivamente. Do
233 jeito que está colocado, a gente passaria para quatro vagas em termos de trabalhadores.
234 Só que no texto do grupo se estabeleceu que seriam as centrais sindicais e não mais as
235 confederações que hoje têm assento. O que significaria que mudaria o processo de,
236 inclusive, representação. Passaria assim pela lógica das centrais sindicais. Eu pedi para
237 falar, só para esclarecer esse ponto e menos a questão do número. Porque a lógica nossa
238 é que o Movimento Sindical, para quem não conhece, falou aqui do número de
239 municípios, tem mais de 8 mil sindicatos no Brasil. Desses, em torno de 40% têm filiação
240 à central sindical, os outros não. Além disso, você tem centenas de entidades que não
241 têm representação sindical e que são representadas pelas confederações e não pelas
242 centrais sindicais. Porque a lógica delas é por filiação e não por representação. Então, a
243 nossa proposta, nós encaminhamos a proposta por escrito é no sentido de que se
244 agregue mais trabalhadores do ponto de vista da entrada das centrais, mas que se
245 mantenha as duas maiores confederações do país, que é a CNTI e a CONTAG, a

246 representação, para representar os não sindicalizados, os sindicalizados a essas centrais
247 e aqueles que não têm sindicato. Porque quem representa ao fim e ao cabo é a
248 confederação.

249 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
250 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado, Armond. Mais alguém? Deixa eu
251 só fazer uma certa reflexão aqui sobre o que nós estamos buscando, só para a gente,
252 talvez, entender como é que a gente poderia encaminhar. A decisão do Supremo, que
253 foi muito importante, aliás, em dois sentidos, tanto no sentido de valorizar o CONAMA,
254 nós tivemos aqui, na primeira reunião nossa, nessa gestão, a presença do ministro
255 Herman Benjamin, que trouxe exatamente esse ponto, que se havia alguma dúvida
256 sobre o papel do CONAMA e a validade das resoluções do CONAMA, isso foi
257 absolutamente extinto e encerrado com a decisão do Supremo. O que referendou,
258 avalizou e defendeu de forma explícita as prerrogativas do Conselho Nacional do Meio
259 Ambiente. Isso foi uma conquista importantíssima de todos nós, porque vocês sabem
260 que, durante muitos anos, havia uma crítica e uma acusação de o CONAMA estar
261 usurpando o poder do Congresso, definindo normas que têm força de lei, ou seja, tem
262 aplicação legal, tem força legal. E o Supremo resolveu isso. Então, essa foi uma
263 decisão importante. A segunda decisão importante foi quando o Supremo disse que o
264 Conselho tinha que voltar a ser representativo. Isso se deu em função da alteração
265 promovida no governo anterior, que restringiu abruptamente e brutalmente a
266 participação dos representantes no Conselho. Então, eu entendo que, quando se
267 coloca e quando o relatório cita as decisões do Supremo, o entendimento nosso é que
268 já foram atendidas. Ou seja, ao reeditar o decreto, o presidente Lula recompôs o
269 CONAMA na sua conformação anterior e garantiu a participação plena que havia antes
270 da citada alteração. Tanto que a decisão do Supremo não detalha e nem define e nem
271 determina que haja paridade. O que a decisão do Supremo exige é a participação do
272 conjunto dos setores envolvidos e interessados. E, ao apresentar o novo decreto, essa
273 questão se deu por encerrada. Ou seja, nós deixamos o chamado estado de coisas
274 inconstitucionais em que se verificava no período do governo anterior. Então, a nossa
275 oportunidade aqui não é de cumprir uma decisão do Supremo, não é de resolver algo
276 que está errado. A nossa oportunidade aqui é aprimorar. Acho que é isso que nós
277 temos que ter em mente. O segundo ponto importante é que o CONAMA edita normas
278 de enorme repercussão no sistema público de implementação das normas ambientais.
279 Nós estamos aí aprovando resoluções, aprovamos a resolução, a qualidade do ar, foi
280 importantíssima, que tem implicações enormes sobre a gestão pública, sobre a
281 operação dos estados, municípios, Governo Federal e que tem resultados fundamentais
282 para a saúde pública da sociedade como um todo. Estamos discutindo aqui uma
283 discussão muito interessante e avançada já, o Marçal que me diga e também o
284 Eduardo, sobre uma norma, uma resolução sobre as autorizações de supressão de
285 vegetação, as ASV, que é algo absolutamente fundamental e que exige um acordo
286 entre nós para como proceder nos sistemas de licenciamento, autorização de

287 supressão, que hoje apresenta uma série de problemas e discussões que todos
288 identificam. A sociedade civil vem pleiteando por isso há muito tempo e, hoje, todos os
289 governos estaduais, os Governos Municipais, o Governo Federal, todos concordam que
290 passou da hora de termos uma norma bem estruturada, adequada para organizar esse
291 processo. Estamos discutindo e vamos ter em breve, Marcela, resoluções
292 importantíssimas que as câmaras técnicas estão concluindo o processo, várias já em
293 consulta pública, etc. Então, o que eu queria colocar são dois pontos. Primeiro, o
294 CONAMA está funcionando e está funcionando bem. Essa não é uma avaliação minha,
295 essa é uma avaliação de todos os interlocutores com quem eu tenho oportunidade de
296 conversar. Está funcionando bem, está avançando e, até o momento, nós não tivemos
297 nenhum caso de um processo que tenha sido dominado por setores específicos que
298 inviabilizou discussões relevantes. Ao contrário, temos avançado. Então, nesse sentido,
299 o que eu entendo que nós precisaríamos olhar, falando um pouco como alguém que
300 militou no CONAMA há muito tempo, como alguém que trabalhou na questão de
301 legislação ambiental há muito tempo, como alguém que foi integrante do CONAMA
302 representando o Estado de São Paulo durante muito tempo, quais são as falhas na
303 composição. Porque o mérito da composição nós já temos, que são os bons resultados.
304 Aqui ninguém questiona isso. Agora, tem setores subrepresentados no CONAMA?
305 Essa é uma discussão que eu acho que vale a pena a gente ter. Por exemplo, quando o
306 Eduardo Taveira fala que a ABEMA considera que a presença dos 27 Estados no
307 CONAMA incluindo o Distrito Federal deveriam permanecer no CONAMA, eu, de minha
308 parte, e em nome do Ministério, entendemos que é correto. Porque são normas que
309 terão que ser implementadas de forma absolutamente assertiva pelos Estados. Isso
310 não é um Conselho Federal, é um Conselho Federativo. Então, os Estados têm um
311 papel central. Se os Estados não se envolvem, não têm oportunidade de debater as
312 normas, de interferir para que elas saiam de acordo com o entendimento adequado,
313 nós vamos ter problemas de implementação de normas. Então, eu entendo isso. A
314 ANAMMA, ou melhor, municípios, esse é um dilema. Se pudéssemos ter um Conselho
315 com 5.750 mais, 5.570? 5.570 mais todos nós aqui, seria perfeito. Mas é impossível, a
316 gente sabe que é impossível isso, não tem viabilidade. Mas nós reconhecemos que oito
317 representantes de municípios são pouco. Então, se nós pudermos elevar um pouco
318 mais essa participação, eu, de minha parte, considero um bom encaminhamento. Não
319 acho que tenha que usar o termo do número de Estados. Isso aí é uma coisa que, para
320 mim, não faz muito sentido. Você fez aí uma provocação, já que vai ser 27 da ABEMA,
321 então 27 da ANAMMA, ou dos municípios, 27 Estados, 27 municípios. Você fez como
322 um bom político, como um bom político, logo fez a troca, já fez logo o blefe ali, já jogou
323 o negócio na mesa ali. Mas eu acho que, do ponto de vista, é importante. Há setores
324 subrepresentados, que eu acho que todo mundo concorda aqui. Sempre que nós temos
325 as discussões, é lembrado que o CONAMA tem que se basear em evidências,
326 informações científicas. Ele sempre tem feito isso, convidado pessoas da academia
327 para participar dos seus processos. Mas ter um representante do setor da ciência
328 parece pouco, realmente. Um representante do setor da ciência, será que nós podemos
329 ampliar isso, ter mais participação? Eu acho que é um ponto relevante. Também temos

330 setores da sociedade, hoje dos movimentos sociais, que não estão representados e
331 que vêm ganhando uma enorme presença na sociedade. Nós já temos os povos
332 indígenas representados, já temos povos e comunidades tradicionais também
333 representados. Mas não temos quilombola, que vem conquistando, avançando muito na
334 luta dos seus direitos, ocupando espaço importante. Talvez fosse o caso de nós
335 fazermos quilombola. Negro urbano, um movimento importantíssimo nas periferias das
336 grandes cidades, não só nas periferias, um trabalho importantíssimo. E juventude, que
337 também é um movimento fortíssimo, crescente no Brasil todo. Então, ela traz essa
338 proposta. O aumento da participação de movimentos sociais, incluindo, para além de
339 indígenas e povos tradicionais, quilombola, negro urbano, juventude, passando de 2
340 para 5. Academia e setor científico, passaria de 1, que é a atual SBPC, para 4. Então,
341 são números relevantes, que eu acho que a gente poderia tratar. Agora, o problema é o
342 limite do tamanho. Para um grupo, para um conselho, que tem um papel federativo
343 importantíssimo, e a presença do governo federal sempre foi central no CONAMA, uma
344 redução abrupta da participação do Governo Federal, eu considero um verdadeiro tiro
345 no pé. Porque, assim como eu defendo que os 27 estados tenham participação e que
346 se aumente a participação dos municípios, eu defendo um número expressivo de
347 representantes do Governo Federal, porque eles são os que vão implantar no nível
348 federal as resoluções do CONAMA. E, ao mesmo caso, se eu não tenho a participação
349 do Governo Federal no processo, fica extremamente difícil, inclusive, a própria
350 legitimidade interna no governo federal em relação ao interesse no vigor do próprio
351 CONAMA. Então, eu acho que o nosso dilema todo é como a gente ajusta as coisas.
352 Hoje nós temos 44 representantes do Governo Federal. Esses 44 representantes,
353 talvez seja um número excessivo, porque varia de acordo com o governo, o governo
354 que tem mais ministérios, o governo que tem menos ministérios. O ideal seria definir
355 uma composição permanente, como muitos têm defendido. Então, acho que nós
356 podemos fazer algumas contas para tentar chegar a uma recomendação que seja
357 palatável. Porque nós fazemos uma recomendação que reduza de 44 para 15 do
358 Governo Federal. Sinceramente, eu acho que vai ser perda de tempo. Não sei,
359 depende da República. Acho fantástico isso, mas acho muito difícil, porque a reação
360 dos próprios ministérios já tem sido intensa em relação a isso. Já existe uma cobrança
361 que nós temos recebido. É claro que o CONAMA aqui é totalmente independente. Não
362 é porque há uma discussão no governo federal que isso impeça que a gente decida
363 nada disso, mas eu acho que nós poderíamos tentar buscar um caminho que permitisse
364 acomodar as demandas sem um excessivo aumento de participação ou um excessivo
365 corte de participação atual. Ou seja, nós temos uma participação atual. Cortar a
366 participação atual é difícil. Agora, garantir o aumento de outras participações sem
367 aumentar muito o número de representantes, acho que essa é a lógica que nós
368 teríamos que seguir. Nessas discussões, foram surgindo alternativas e debates, que
369 talvez fosse o caso de nós explorarmos um pouco. Com relação a trabalhadores
370 urbanos e rurais, hoje nós temos dois representantes, como foi bem lembrado pelo
371 Armon. Nós não tivemos, não sei se eu esteja errado, mas não tivemos nenhum
372 problema em relação a isso, até hoje, pelo menos, que eu saiba. Não houve nenhum

373 questionamento sobre isso. As federações têm atuado de uma forma bastante, pelo que
374 eu saiba, positiva em relação a isso. Tanto que repetiu-se isso no Comitê Gestor do
375 Fundo Clima, repetiu-se isso no COFA e em várias instâncias de formulação de política
376 ou aprovação de políticas ou coordenação de programas de governo ou de fundos, têm
377 se mantido as federações. Talvez a gente pudesse pensar num esforço de manter as
378 federações e fazer um ajuste no Governo Federal para beneficiar os municípios, talvez.
379 Se pudesse fazer um ajuste de uma redução que, pelos cálculos que nós fizemos,
380 pelas avaliações da presença dos ministérios e do interesse e da dinâmica dos
381 ministérios, pensou-se num número de 44 para 35 que liberaria vagas para aumentar a
382 ANAMMA de 8 para 15. Nós temos 8 hoje. Então, nós conseguiríamos acomodar dentro
383 do chamado setor governamental. Nós tiraríamos 9 do Governo Federal, que eu acho
384 que é perfeitamente acomodável pelo que a gente avaliou. Manteríamos o governo
385 estaduais com 27 e aumentaríamos os municípios para 15. Com isso, a gente teria já
386 na parte governamental uma correção, um ajuste, sem mexer no número total do
387 CONAMA. Aí sobrariam ainda duas vagas que nós usaríamos para aumentar a
388 participação de movimentos sociais, que estariam de 3, na verdade, mas duas viriam
389 para movimentos sociais que estariam sobrando, digamos assim. Nós voltaríamos os
390 trabalhadores urbanos rurais para 2, as duas federações, como funciona hoje, e
391 caminharíamos com o resto, como estava proposta, mas mantendo a participação das
392 entidades ambientalistas em 16, que é uma participação extremamente expressiva, que
393 vem dando resultado, vem conseguindo avançar muito positivamente na agenda, e com
394 isso nós ficaríamos no número de 114, aproximadamente. Lembrando que a proposta
395 do grupo gestor traz uma novidade importante para as entidades ambientalistas, que
396 serão todas por eleição. Hoje, nós temos parte por eleição, parte indicação do
397 ministro/ministra do meio ambiente. E a proposta do grupo assessor foi de que fosse
398 toda a votação. Então, não sei, eu estou fazendo aqui uma proposta no sentido de
399 buscar uma alternativa intermediária, que nós discutimos muito internamente, que
400 pudesse atender as demandas na melhor forma possível, sem mexer de forma
401 estrutural na composição, porque nós entendemos que isso teria mais viabilidade e
402 seria mais defensável também, porque, uma vez aprovado aqui, nós vamos ter que
403 defender isso junto ao centro de governo. E essa defesa desse formato, num formato
404 parecido com esse que eu trouxe aqui, poderia ser mais viável. A Marcela.

405 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
406 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Eu queria só complementar, porque eu participei do
407 trabalho do grupo assessor, e uma das discussões diz respeito à terceira parte do
408 relatório, que são outras recomendações, que eu acho que depois a gente também vai
409 ter oportunidade de conversar. Que uma das questões colocadas é a composição. Mas
410 tem outra, que é o fortalecimento dessa representatividade em todos os setores. Como
411 que a gente avança na qualificação da representação? Isso não é menos importante.
412 Então, acho que também vamos dar um salto quando nós conseguirmos avançar num

413 debate de precisamos de formação para conselheiros? Como aumentamos
414 representatividade de gênero e de raça? Como a gente monitora a qualificação dos
415 setores que hoje são, digamos, hipossuficientes, porque têm menos condições de se
416 preparar do que outros? Alguns têm menos estrutura, outros têm mais. Como que a
417 própria política de governança do CONAMA pode fortalecer esses setores? Então, a
418 terceira parte do relatório diz respeito a isso, e eu acho que ela é não menos importante.
419 Além da discussão de composição, a gente poder refletir sobre a qualidade dessa
420 participação e como a gente pode avançar.

421 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
422 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Eu pediria que a secretaria anotasse as
423 inscrições, por favor.

424 **A SR^a. ELIANEI VALDIR (Ministério da Integração Nacional e do Departamento**
425 **Regional)** – Boa tarde. Eu me chamo Elianei Valdir, sou representante do Ministério da
426 Integração Nacional e do Departamento Regional. Eu, vendo essa divisão de
427 representação do CONAMA, vi o seguinte. Por que a gente está pensando nisso e não
428 fortalecer o órgão? Quando o órgão estava fortalecido com a quantidade de
429 representantes que foi reduzida de 44 para 15, de 27 para 15, nós fomos surpreendidos
430 com absurdamente aquela redução, aquilo que se chamava CONAMA. Eu sou do
431 CONAMA, tem 15 anos que eu sou do CONAMA, e eu era titular quando simplesmente
432 reduziram a nossa participação. Então, a gente tem que pensar em fortalecer o CONAMA,
433 afinal, é o CONAMA que dita regras, é o CONAMA que apresenta diretrizes e, como bem
434 falou o presidente da ABEMA, a gente tem que se fortalecer do meio ambiente no país.
435 Então, vamos pensar no fortalecimento do CONAMA e não para fortalecer quem? Aqui
436 está todo mundo brigando por uma vaga. Gente, vamos fortalecer o CONAMA. O mais
437 importante é o meio ambiente.

438 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
439 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado. Próximo. Lembrando sempre de
440 falar o nome, instituição que representa para fim de gravação.

441 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu) –**
442 Tobias, Movimento Verde de Paracatu, representante da Sociedade Civil. Primeiro, Capô,
443 eu queria só contextualizar, trazer um trecho que foi apresentado o problema no voto da
444 Rosa Weber, que naquele momento estava identificado, mesmo que fosse outro decreto
445 de outro presidente, estava identificado ali o que o problema central era a
446 desproporcionalidade entre a representação do governo federal com os demais. Quando
447 somados o governo federal, estadual e municipal, somava uma participação de 74%.
448 Então, esse era o problema central e que foi apresentado na DPF. Então, eu acho que a
449 gente tem que, sim, refletir um pouco sobre isso. E na proposta que trago para você
450 agora, eu acho que a gente não resolve esse problema. Nós temos que, com 35 cadeiras
451 do governo federal, 27 dos estados, 15 do governo municipal, nós ainda teremos 67% do
452 que é governo. E o restante fica com 25% da Sociedade Civil e mais 7% do setor
453 produtivo. Então, o problema apresentado na época da DPF, inclusive no voto muito bem
454 expresso pela Rosa Weber, é que essa desproporcionalidade precisa ser corrigida.
455 Então, a Sociedade Civil, no processo, em questão desse grupo assessor de
456 acompanhamento de composição, apresentou uma outra proposta, que trazia um pouco
457 mais de equilíbrio, mas aí a gente tem que refletir em que tamanho de conselho a gente
458 quer. Quando você olha, a gente quer 27 vagas para o estado, o município quer mais 27,
459 o governo federal quer mais não sei quantos, a gente vai ter um conselho de 160 pessoas.
460 Então, a proposta que a Sociedade Civil apresentou, que está no processo, são 27
461 cadeiras para o governo federal, 27 cadeiras para os estados, 10 para os municípios e
462 64 cadeiras para a Sociedade Civil distribuída entre todos os itens elencados e 5 para o
463 setor produtivo, pensando que o setor produtivo é o setor regulado. Então, precisamos
464 pensar em algo que seja viável para o conselho, mas também entendemos que a gente
465 precisa resolver o problema apresentado na DPF, principalmente destacando o voto da
466 Rosa Weber. Obrigado.

467 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
468 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Acho que a gente deve ficar discutindo o voto
469 da ministra, mas o problema, deixa eu só fazer um esclarecimento. Efetivamente, ao
470 reinstalar o CONAMA no formato atual, esse assunto foi encerrado no Supremo. Então,
471 não é que houve uma decisão dizendo que não está aceito porque a participação... Isso

472 não aconteceu. O que aconteceu foi que a motivação... Eu realmente não quero entrar
473 no debate, senão a gente vai ler aqui. A decisão da ministra não faz sentido. Mas eu não
474 quero entrar nisso porque me preocupei com isso. Eu me preocupei exatamente com
475 esse ponto. Alguém me disse que a decisão da ministra era pela paridade da participação
476 entre sociedade e governo. Aí eu pedi até para a Marcela pegar para a gente ler e ela
477 leu. Não é isso. Mas eu queria lembrar uma última coisa fundamental. Isso é uma
478 recomendação. Isso é uma recomendação do Presidente da República. Está certo? Isso
479 não é uma decisão que compete a nós. Nós não podemos aqui, entre nós, decidir qual
480 vai ser a composição do CONAMA. Nós podemos recomendar com base num trabalho
481 muito bem feito pelo grupo assessor, realmente muito bem feito, a gente pode
482 recomendar. Eu apenas fiz uma ponderação de como a gente pode avançar nesse
483 momento, mas com uma certa perspectiva de que nós temos uma boa chance de avançar
484 mesmo. Porque, sendo um órgão com o poder que tem o CONAMA, aliás, esse foi um
485 outro fator importante, de buscar outros conselhos da República que editem resoluções,
486 editem resoluções que tenham aplicação legal, obrigação legal de aplicação, que fossem
487 paritários, 50%. Nós não achamos nenhum. Então, tem essas questões que precisam ser
488 analisadas. Quando nós estamos lidando com normas que serão implementadas pelo
489 poder executivo no âmbito do federal, estadual e municipal, o espaço de participação
490 desses entes federados precisa ter uma implementação muito relevante. Sob o risco de
491 nós aprovarmos grandes e incríveis resoluções que depois não serão aplicadas. Então,
492 tem essa mediação. É só mesmo uma ponderação. Alguém pediu a palavra? Eu pedi
493 para vocês cuidarem da inscrição, porque eu não quero pular ninguém, mas não estou
494 tendo nenhum apoio para isso. Entendi. A Mariana, da AGU, está levando a mão, mas
495 você vai falar no microfone, não é, Mariana? Aproveitem, que chegou de férias, estão
496 descansadas. Eu liguei para ela outro dia. Estou falando isso porque liguei para ela outro
497 dia. Ela falou que estava com alguma dúvida. Eu falei que estava atrapalhando. Ela falou
498 que estava em viagem com a família, mas não estava atrapalhando em nada.

499 **A SRª MARIANA BARBOSA (Advocacia-Geral da União - AGU)** – A única pessoa que
500 comanda a minha vida é o Capobianco. Só para explicar um pouquinho sobre a questão
501 da decisão judicial. Nós, da Advocacia Geral União, elaboramos o parecer de força
502 executória, que dá a interpretação da decisão judicial. O voto da ministra Rosa é

503 maravilhoso, todo mundo conhece, sabe do conteúdo, mas a gente tem que entender
504 que o comando da decisão é o finalzinho que vai estabelecer que o decreto anterior do
505 governo passado é inconstitucional e vai declarar a ilegalidade desse decreto. Então, a
506 gente, na verdade, não está vinculada naquela decisão. A gente está aqui com uma nova
507 margem de discussões para tentar pensar na melhor forma de construir essa resposta
508 como CONAMA. Como disse o Capobianco, ele empoderou o CONAMA. Isso é uma
509 coisa muito importante, esse acórdão é um precedente muito importante. Mas ele não
510 teve essa ideia da paridade na definição, até porque os decretos são uma atribuição do
511 presidente da República. Então, a gente vai trabalhar aqui em uma construção justificada
512 para encaminhar o presidente. Então, é importante só entender um pouquinho melhor
513 que isso transitou em julgado agora recentemente e já veio um parecer da AGU
514 explicando que o que transitou em julgado é essa conclusão final. Eu trabalhei junto com
515 o Mauro e com o pessoal do grupo assessor nesse processo. Foi muito interessante,
516 porque é difícil, a gente quer fazer um conselho gigante, sabe que um conselho gigante
517 não funciona e é muito difícil arbitrar os tamanhos e a capacidade nossa de resposta.
518 Mas, só para dizer que nós, da advocacia geral do União, estamos em todos os
519 ministérios e autarquias. Então, se a gente precisar de alguma dúvida, algum
520 questionamento, eu estou à disposição aqui participando do CONAMA. Só para falar isso.

521 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
522 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito obrigado, Mariana. Bom, tem uma
523 proposta de fazer uma interrupção, vamos fazer então... Pois não, desculpe. Senhoras
524 e senhores, conselheiros e conselheiras do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Vamos
525 dar sequência aqui? Lembrando mais uma vez, senhoras e senhores, por favor,
526 lembrando mais uma vez que nós estamos aqui discutindo e podemos aprovar uma
527 proposta aqui, se houver maioria favorável à proposta que vier, evidentemente, estamos
528 aprovando uma recomendação ao Presidente da República, só para a gente não gerar
529 nenhuma falsa expectativa de que nós estamos aprovando aqui a nova composição do
530 Conselho Nacional do Meio Ambiente, porque a composição do Conselho Nacional do
531 Meio Ambiente é devida em decreto pelo Presidente da República e o que nós faremos
532 aqui, caso chegemos a um consenso, é aprovar uma recomendação. Com base nessa
533 proposta aqui, feita numa busca de um encontro de contas, considerando a demanda da

534 ABEMA, a demanda da ANAMMA e as demandas recebidas ao longo desse período por
535 representações diversas, nós chegamos nessa proposta que aumentaria o CONAMA de
536 109 votantes para 113. Houve uma discussão intensa, eu pude identificar aí que a
537 sociedade civil, as entidades ambientalistas pretendem fazer uma contraproposta, pelo
538 que eu entendi, correto? Então, nós temos uma contraproposta do setor não
539 governamental ambientalista, queria saber se existe mais alguma contraproposta de
540 algum outro segmento aqui representado. Então, e não havendo, vamos conhecer a
541 proposta dos movimentos ambientalistas, entidades ambientalistas, por favor.

542 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu) –**

543 Na verdade... Tobias, Movimento Verde Paracatu. Na verdade, não é uma
544 contraproposta, é na tentativa mesmo de pacificar e entender uma melhor composição,
545 entendemos ainda que existem manifestações diferentes, mas entendemos que o
546 número de 35 para o governo federal, para o governo estadual, seriam 27, para o governo
547 municipal, que é a ANAMMA, 15 cadeiras, entidades ambientalistas, 18, movimentos
548 sociais subir para oito, academia, quatro, trabalhadores urbanos e rurais, dois, e
549 associações profissionais, uma cadeira. As entidades empresariais mantêm com oito.
550 Nessa divisão, nós temos aí 29% para o governo federal, 22% para o governo estadual,
551 12% para o municipal, 15% para entidades ambientalistas, 6% para movimentos sociais,
552 3,39% para a academia, 1,69% para trabalhador urbano e rural, 0,85% para associação
553 profissional e 6% para entidades profissionais.

554 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**

555 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Então, só para entender... Volta aquele
556 anterior, por favor. Você está propondo mexer em dois blocos apenas? Entidades
557 ambientalistas e movimentos sociais. Aumentaria dois ambientalistas e três movimentos
558 sociais. Aumentaria cinco, é isso?

559 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu) –**

560 Exatamente. Não, aumenta para um número de oito...

561 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**

562 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Aumentaria em cinco.

563 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu) –**
564 Ou cinco totais.

565 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
566 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Aumentaria em cinco. Então, nós teríamos
567 ambientalista 16, passaria 18. E movimentos sociais de cinco passariam a oito. Isso. E
568 tem indicação de quem seria os que... Como é que distribuiria isso entre os oito?

569 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu) –**
570 Movimentos sociais, nós pensamos dois para indígenas, dois PCT, dois quilombolas e os
571 demais, um caderno para cada.

572 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
573 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Está certo. Então, temos essa contraproposta
574 mantendo...

575 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu) –**
576 E há mais um complemento, Capô, para as entidades ambientalistas, seriam três para
577 nacionais e três para cada Norte, nordeste, sul, sudeste...

578 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
579 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Por cada região. A lógica é essa. Isso. Três
580 para cada região e três nacionais.

581 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu) –**
582 Isso.

583 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
584 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Hoje são quantos?

585 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu) –**
586 Dois.

587 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
588 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Por região?

589 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu) –**
590 Por região.

591 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
592 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – E nacional?**

593 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu) –**
594 Nacional são três.

595 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
596 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Então, manteria os três nacionais e**
597 **aumentaria um por região.**

598 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu) –**
599 Isso.

600 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
601 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Então, seria essa a proposta aqui. Sendo que,**
602 **nesses oito ali do movimento social, era bom para o indígena... Coloca dois na frente ali,**
603 **só para ficar registrado.**

604 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu) –**
605 Dois indígenas, dois PCT.

606 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
607 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Dois indígenas. Dá para mexer? Ah, essa não**
608 **consegue mexer. Ah, não. Ah, está bom. Bom, isso aumentaria para 118, é isso?**
609 **Correto? Procede? O número está correto? O número? Aumentaria para 118 os**
610 **integrantes do CONAMA, mantendo, portanto, a mesma composição de trabalhadores**
611 **urbanos e rurais, entidades profissionais, entidades empresariais, governos estaduais,**
612 **diminuiria o federal, manteria o estadual, aumentaria a municipal e aumentaria a**
613 **academia significativamente. Acho que quem mais cresce é a academia. E também**
614 **aumentaria movimentos sociais e entidades ambientalistas, garantindo uma proporção**
615 **final de 65, 26 para 34, 75, embora eu sempre diga que não é assim que funciona o**

616 CONAMA. O CONAMA não funciona assim. Ah, governo versus sociedade civil, setor
617 privado, não é assim que funciona. As composições são sempre intersetoriais, o que tem
618 garantido, inclusive, que as resoluções do CONAMA sejam resoluções muito
619 consistentes. E lembrando também uma coisa importante, como a Marcela sempre diz,
620 ela me lembra sempre disso. Nas câmaras técnicas, a participação é paritária entre os
621 diferentes setores. Então, no processo de discussão nas câmaras técnicas, a
622 participação das representações de setor está garantida em igual número, o que dá às
623 resoluções do CONAMA uma condição muito especial de realmente alta capacidade de
624 debate, discussão intersetorial, que é o que tem permitido que o CONAMA avance. Via
625 de regra, as resoluções chegam redondas. No plenário, muitas vezes, os ajustes são
626 muito pequenos. Temos uma conselheira de cartão levantado. Por favor, conselheira.
627 Armond também queria falar. Na sequência, você, Armond.

628 **A SRª. ZULEICA NYCZ - TITULAR (Associação de Defesa do Meio Ambiente de**
629 **Araucária - AMAR)** – Então, boa tarde. Primeira vez que eu falo aqui hoje. Eu represento
630 a AMAR, que... Meu nome é Zuleica Nycz. E nós somos, junto com o Ministério Público
631 Federal, nós assinamos a representação que deu origem à ação no STF, ADPF, e nós
632 fizemos muitas críticas nessa representação de autoria do doutor Leônidas Ferreira,
633 sobre como era o CONAMA antes do governo anterior, cujo decreto foi anulado pelo STF.
634 Nós tivemos e ainda temos alguns problemas muito sérios nas câmaras técnicas,
635 principalmente nas câmaras técnicas que envolvem poluição, discussões sobre áreas
636 contaminadas, a discussão sobre padrões de qualidade do ar, que teve que ir para o STF,
637 porque inúmeras tentativas de composição fracassaram. Então, o STF mandou de volta
638 para o CONAMA. O CONAMA não é um local sem conflitos, é muitos conflitos. Eu me
639 lembro de estar em uma plenária e nós propusemos emendas contra a canetada que foi
640 dada em uma resolução de resíduos de construção civil, em que um lobby muito forte da
641 indústria queria colocar, e conseguiu colocar, todas as embalagens tóxicas, contendo
642 solventes, verniz, etc., como não perigosos, para que ela não precisasse pagar pela
643 logística reversa daquilo. Então, uma canetada foi simples para eles e foi danoso para o
644 País. E as ONGs sempre perdem quando chegam a esse ponto. Nós só somos duas
645 ONGs em uma câmara técnica deliberativa onde tem dez representantes que se unem,
646 muitas vezes, com o setor privado, para não deixar avançar uma série de coisas. Daí por

647 que a representação ao STF. Foram anos e anos. Estou no Conselho desde 2002. Já
648 estou no quinto mandato todos esses anos. E eu posso dizer o quanto a igualdade política
649 é necessária entre a sociedade civil e o setor do governo, que também é, de certa forma,
650 um degradador. Ele tem sua função positiva, como você bem colocou agora há pouco,
651 mas ele também tem um lado obscuro, que é que ele é um degradador. E ele falha, muitas
652 vezes, também em normatizar e fiscalizar grandes empreendimentos ou pequenos, ou
653 seja, o que for, que causam todos esses danos que nós temos que vir aqui, como caso
654 de áreas contaminadas, normatizar e estabelecer cada vez mais rigor. E, muitas vezes,
655 o próprio órgão ambiental estadual não quer o rigor. Esse que é o mundo real que estou
656 falando agora. O órgão estadual quer o mínimo de rigor. Ele quer o mínimo de obrigações.
657 Ele quer deixar sempre a critério do órgão ambiental. Então, nós temos visto o aumento
658 da contaminação no Brasil, o aumento absurdo de áreas contaminadas, a contaminação
659 da água e, por consequência, o que está acontecendo com o país. As crianças, as
660 mulheres grávidas são os grupos mais vulneráveis. Então, do meu ponto de vista, embora
661 eu compreenda a boa vontade do Tobias, eu não posso, particularmente da minha
662 consciência, jamais aceitar menos de 50% para a sociedade civil. Nós até aceitamos a
663 divisão entre governamental e não governamental. Colocando o setor regulado, que
664 chamam de setor produtivo, mas eu também sou produtivo, isso que eu sei também é
665 produtivo. O setor regulado pode estar no não governamental, logicamente, porque ele
666 não é governamental. E a proposta que o DSISNAMA fez para o GA, embora não seja
667 ainda o melhor dos mundos, na minha concepção realista, eu concordaria totalmente e
668 apoiaria totalmente ao que veio do grupo assessor, que trabalhou durante um ano. E
669 essa proposta que foi aprovada lá veio do governo. Ela veio do próprio governo. Então,
670 qual seria a justificativa hoje para nós alterarmos e voltarmos a 66% o governo, que é
671 praticamente parecido com o que está hoje? Então, não resolveria nada e nós estaríamos
672 perdendo tempo. Então, eu apelo para que a gente volte a discutir, como texto-base
673 mesmo, o que o próprio governo propôs no GA depois de um ano de trabalho. É isso.
674 Obrigada.

675 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
676 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Zuleica, muito obrigado. Só antes Armond,**
677 **fazer alguns esclarecimentos. Primeiro esclarecimento, e acho muito importante que você**

678 colocou, com eventuais questões de conflito de interesse. Zuleica, eu estou falando com
679 você. Tudo bem? Você trouxe uma questão muito relevante aqui, que diz respeito à
680 questão de eventuais conflitos de interesse. Você relatou um aqui. Eu não conheço
681 exatamente como foi e como se deu isso, mas se você relata, é porque ocorreu. Mas a
682 Marcela me lembrava aqui de algo muito importante, que foi na presença do ministro
683 Herman Benjamin, quando ele participou da abertura, que ele fez toda a defesa do
684 CONAMA. Ele lembrou também de um ponto importantíssimo que nós vamos colocar em
685 discussão, que é justamente mecanismos para regular conflitos de interesse. E a ideia
686 da criação de um código de ética para conselheiros do CONAMA, a fim de regular
687 eventuais conflitos de interesse e garantir o princípio do não retrocesso. Então, esse é
688 um ponto que eu acho que a gente tem que trabalhar mesmo, e não é a composição de
689 conselho que resolve esse problema, a não ser de fato um código de ética. Esse é um
690 ponto. Outro ponto é o seguinte, a degradação ambiental de fato ocorre, todos nós
691 sabemos disso, mas não é papel do CONAMA implementar a política ambiental. O papel
692 do CONAMA é formular em parceria e articulação para que ela seja implementada. Então,
693 eu acredito que todas as questões que você colocou são muito importantes, devam ser
694 buscadas junto ao Poder Executivo, aos órgãos de execução, nas suas diferentes
695 instâncias da Federação, para que eles façam cumprir, inclusive, resoluções adotadas
696 pelo Conselho, assim como outras leis aprovadas pelo Congresso Nacional, assim como
697 medidas infralegais, como decretos. Então, são coisas diferentes. Como eu disse, não
698 há nenhum problema em que a gente coloque, nós vamos colocar em votação as duas
699 propostas. Você está propondo que se analise a proposta original. Mas, só para
700 esclarecer, não foi uma proposta do governo, de forma alguma. Isso não reflete a
701 realidade. O Grupo Assessor é um grupo composto por integrantes do CONAMA, que foi
702 apresentado aqui pela Heloísa Dias, composta por todos os setores envolvidos que
703 participaram das discussões. Então, jamais a proposta do Grupo Assessor pode ser
704 creditada a uma proposta do governo. Mas não é. Não é a proposta do governo. É a
705 proposta do Grupo Assessor, que foi quem conduziu o processo. Armond, por favor.

706 **O SR. EDUARDO ARMOND CORTES DE ARAÚJO – TITULAR (Centrais Sindicais e**
707 **Confederações de Trabalhadores da Área Urbana – CNTI e CNTC) –** Pessoal, porque
708 lá em Minas a gente fica acordado, porque, se não, passa o bonde e a gente não vê.

709 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
710 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – É o trem que passa?**

711 **O SR. EDUARDO ARMOND CORTES DE ARAÚJO – TITULAR (Centrais Sindicais e**
712 **Confederações de Trabalhadores da Área Urbana – CNTI e CNTC) – É o bonde.**
713 Antigamente era o bonde, que é o trem também. O trem é tudo lá. Não sobre a questão
714 dos trabalhadores urbanos e rurais. Eu tinha falado antes, a questão central da nossa
715 divergência em relação era ampliar, mudar para a lógica de centralização, manter a lógica
716 das confederações, a CNTI e a CONTAC. Não sei se está incorporado na lógica da
717 proposta, mas é importante para nós que isso consolida as duas maiores entidades de
718 trabalhadores do país e não significa que a gente não vá conversar com as centrais. Ao
719 contrário, nós vamos conversar, mas de uma forma articulada entre as duas entidades.
720 Obrigado.

721 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
722 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Exatamente isso que você propôs, as duas**
723 **centrais representando aqui os trabalhadores urbanos e rurais. É isso mesmo.**
724 **Exatamente isso. Mais alguém? Pois não.**

725 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu) –**
726 **Só para fechar. Tobias, Movimento Verde Paracatu. Só para fechar, Capô. É importante**
727 **registrar que a nossa proposta que a gente vê agora é mais no intuito de a gente pacificar.**
728 **Tem uma proposta que a gente consiga aprimorar alguns mecanismos, avançar um**
729 **pouco, apesar de não ser o nosso anseio pleno. Preciso dizer também que eu respeito a**
730 **opinião da Zuleica, respeito a opinião da entidade que ela representa, mas, neste**
731 **momento, a gente entende, a bancada entende, que essa proposta é uma proposta que**
732 **não é o sonho perfeito, a matéria perfeita, mas é um avanço. E a gente começa a**
733 **caminhar para um conselho mais equilibrado, melhor para a gente atuar de agora para**
734 **frente, de quando for o decreto para frente. E eu espero que a gente consiga avançar**
735 **junto, mesmo tendo a divergência de opinião de todo mundo. Espero que a gente consiga**
736 **pacificar isso. Obrigado.**

737 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
738 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado. Mais alguém? Bom, e não havendo
739 mais nenhuma manifestação, vamos colocar em votação. Zuleica, Zuleica, você quer que
740 coloque em votação a proposta do grupo assessor, antes dessa proposta de construção
741 coletiva, Zuleica? Não, você pode responder daí mesmo. Está certo. Vamos considerar,
742 então, que nós temos duas propostas, é isso? Essa proposta que foi construída aqui no
743 plenário e a proposta original do grupo assessor. Vou projetar as duas. Projetar as duas,
744 por favor.

745 **A SR^a. ZULEICA NYCZ - TITULAR (Associação de Defesa do Meio Ambiente de**
746 **Araucária - AMAR)** – Então, só para corrigir, Capô, a proposta que foi discutida no grupo
747 assessor, que foi a única que apareceu, e daí, depois de seminários, reuniões,
748 discussões, finalmente o coordenador do grupo assessor solicitou uma posição de cada
749 um, cada um apresentou um documento, está lá no site do CONAMA, vocês podem
750 encontrar. Cada setor, segmento representado no grupo assessor apresentou ofícios que
751 a Heloísa mostrou aqui na apresentação dela. Quem foi que apresentou? O governo
752 pegou todos esses documentos e fez uma proposta de composição. Foi o governo que
753 fez isso. E o GA se reuniu pela última vez e aprovou essa proposta. Isso é fato. Por isso
754 que eu acho, embora não seja a proposta melhor para a sociedade civil, ela ainda traduz
755 alguma igualdade política melhorada. Existe já um pouco mais de sentido participar do
756 CONAMA naquela configuração que o próprio governo propôs e foi aprovado pelo GA.
757 Então, eu considero essa proposta a única que nós, que passamos pelo que passamos
758 no CONAMA, tínhamos como esperança para haver um processo melhor. O processo de
759 conflito, questões de conflito e painel científico para o CONAMA foram solicitados e nunca
760 foram levados adiante, o que significa que há pouca probabilidade disso acontecer em
761 curto prazo. Então, eu mantenho a proposta do GA, do qual inclusive participei como
762 titular, como a proposta mais próxima daquilo que a Rosa Weber tentou colocar no
763 acórdão dela, como o que ela entende por igualdade política. Obrigada.

764 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
765 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Eu queria esclarecer que o DSISNAMA, como
766 secretaria executiva que estava contribuindo com o Grupo Assessor, buscou sistematizar

767 as propostas e propor um texto para discussão no Grupo Assessor que deu origem a
768 essa proposta que hoje está sendo discutida inicialmente, a do Grupo Assessor. Então,
769 para esclarecer que aquela não era uma proposta de governo, era uma proposta que
770 estava indo para discussão pelo Grupo Assessor para os vários setores representados
771 no CONAMA. Tanto que as diversas representações tiveram, quando voltaram para suas
772 bases, diferentes posicionamentos. ABEMA, que também estava representada no Grupo
773 Assessor, a ANAMMA e o Governo Federal tiveram novas reflexões a partir dessa
774 proposta. Então, só para esclarecer o processo, se não pode ter confusão.

775 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
776 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Então, a pedido da conselheira Zuleica, nós
777 vamos fazer primeiro, vamos fazer a votação da proposta inicial do Grupo Assessor e, na
778 sequência, a votação dessa proposta que foi construída aqui no plenário. Lembrando
779 sempre que nós estamos tratando de uma recomendação ao Presidente da República e
780 lembrando, mais uma vez, que nenhuma delas é proposta do governo. Esta aqui, que
781 está projetada agora, é uma busca de consenso que nós buscamos aqui nessa reunião
782 de hoje. Então, mas ela não é uma proposta de governo. Muito bem. Então, do lado direito
783 de vocês, é isso? Do lado esquerdo. Do lado esquerdo, eu primeiro? Do lado esquerdo
784 de vocês. Então, do lado esquerdo, nós temos a proposta original do Grupo Assessor e,
785 do lado direito, a proposta que foi construída aqui, lembrando, mais uma vez, que trata-
786 se de recomendação ao Presidente da República, que será analisado pela Casa Civil,
787 evidentemente, para verificar qual é a viabilidade, qual é a disposição do Presidente da
788 República em acolhê-la, em parte ou em todo, ou simplesmente não acolher, mantendo
789 a compulsão como está. É muito importante que isso fique bem claro, para não gerar
790 nenhuma expectativa e nenhuma frustração, porque, realmente, essa é uma decisão que
791 vai ser tomada, como eu disse, pelo centro de governo. Então, aqueles conselheiros que
792 forem favoráveis à proposta original do Grupo Assessor, que se manifestem, por favor.
793 Temos um voto favorável. Alguém contrário? Contrário não precisa. Alguém se absteve?
794 Alguém se absteve? Uma abstenção. Obrigado. Vamos, então, agora à votação da
795 segunda proposta. À esquerda de vocês. É isso, não é? À direita. À direita de vocês, que
796 foi uma tentativa de construção aqui no plenário, com a participação de vários segmentos,
797 atendendo alguns pedidos de representações. Então, quem for favorável, por favor, se

798 manifeste. Só um minutinho. Mantenham levantado para a contagem, por favor. Pronto?
799 Terminamos? O pessoal pode abaixar ou ficar com câimbra? Acabei de cobrar aqui, mais
800 uma vez, o voto eletrônico. Marcela depois tem que explicar isso, quando acabar a
801 votação. Quem votou contra, por favor, se manifeste. Quem vota contra, se manifeste.
802 Um voto contrário. Abstenções? Duas abstenções. Então, parabéns a todos. O voto está
803 aprovado. A proposta a ser encaminhada ao Presidente da República para a nova
804 composição do CONAMA. Muito bem. E suposto... Esse era o nosso único assunto. A
805 Zuleica desafiou a nossa coordenação do CONAMA, dizendo que nunca vai entrar em
806 discussão a criação de um Código de Ética do CONAMA. Marcela, você poderia dar uma
807 palavra sobre isso?

808 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
809 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Não, eu estou entendendo que a questão da
810 composição foi o único tema que houve diferença de posicionamento do relatório, mas
811 que a gente está aprovando o relatório como um todo com as propostas que seguem.
812 Então, eu só quero... Não vou discutir se decidindo no plenário nos cabe cumprir. Então,
813 só para colocar aqui, a gente tem propostas com relação aos limites de mandatos e outras
814 propostas para aperfeiçoamento da participação no CONAMA. Mecanismos que podem
815 contribuir para a participação no Conselho. Utilização de consultas públicas, que agora,
816 até por conta do decreto, nós estamos usando em todas as propostas de resolução.
817 Realização de seminários e reuniões temáticas com públicos específicos. Mecanismos
818 que podem contribuir para qualificar a participação no Conselho. Criação de programa
819 de formação para conselheiros, juntamente com o Departamento de Educação
820 Ambiental. Mecanismo de envolvimento científico. Criação de cadastro científico no
821 CONAMA para apoio a câmaras técnicas e grupos de trabalho. E mecanismos para
822 regular conflitos de interesse. Criação de um código de ética para conselheiros do
823 CONAMA, a fim de regular eventuais conflitos de interesse e garantir o princípio do não
824 retrocesso. Acho que, aprovando o relatório, cabe a gente pensar em uma proposta de
825 como avançar em termos de organização. Talvez, seria o caso de um grupo assessor
826 para discutir o código de ética.

827 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
828 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Excelente. Antes de terminar a reunião, vamos
829 organizar uma proposta de como fazer esses encaminhamentos e trazer para o
830 CONAMA, para a avaliação do plenário do CONAMA. Mas eu queria, antes de convidar
831 a todos para a reunião de amanhã, eu queria fazer duas observações. Primeiro, eu queria
832 manifestar o respeito à Zuleica pelo trabalho incessante que ela vem fazendo no
833 CONAMA. Acho que é um trabalho extremamente importante. Todos nós respeitamos
834 muito, admiramos. E essa é uma ressalva que eu gostaria de deixar clara aqui hoje. Em
835 segundo, eu queria agradecer. Acho que foi um exemplo de esforço feito por todo mundo
836 hoje para que a gente pudesse avançar em uma proposta que criasse uma articulação
837 entre todos nós. Eu acho que, mais uma vez, o CONAMA mostrou que é capaz de superar
838 as divergências, buscar caminhos comuns para avançar sempre. Acho que foi muito bem-
839 dito aqui. Nós não estamos aprovando aqui para sempre. Estamos aprovando um novo
840 passo, melhorar as condições, atender demandas históricas de segmentos que não
841 estavam representados. E, com isso, a gente vai avançando e criando mais capacidade
842 no CONAMA. Heloísa Dias. Heloísa Helena. Eu falei, olha só, Heloísa Helena. É que a
843 Heloísa Helena esteve tanto na mídia hoje, mas aqui é a Heloísa Dias. Você não vai
844 brigar, não, por causa do negócio da Heloísa Helena, não é?

845 **A SR^a. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
846 **da Mata Atlântica)** – Dias e noites acordadas aqui trabalhando. Mas eu só queria um
847 esclarecimento. A Marcela leu ali, mas não sei se ela se refere a todos os itens também
848 que estão no grupo assessor. Eu não escutei, mas acho que está junto. Marcela, você
849 me esclarece, por favor. Eu vi que tem um código e teria também a questão da
850 capacitação, você mencionou, e a questão do fórum de cientistas também.

851 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
852 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Painel.

853 **A SR^a. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
854 **da Mata Atlântica)** – Painel. Seria um grupo que pudesse assessorar todas as câmaras
855 técnicas e tudo mais, que a gente trouxe junto também na proposta.

856 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
857 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Mas é isso, o relatório foi aprovado no total e
858 agora nós vamos tratar de trazer para o CONAMA uma agenda para a implementação
859 das demais recomendações do relatório.

860 **A SR^a. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
861 **da Mata Atlântica)** – Perfeito, só que eu achei que tinha escapulado o fórum de cientistas.

862 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
863 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Não é fórum, é painel. Muito bom, gente.
864 Superobrigado. Amanhã, então, temos a reunião ordinária. A nossa... Que número que
865 é? 145^a Reunião Ordinária do CONAMA. Espero que todos tenham uma boa final de
866 tarde, uma boa noite. Cheguem amanhã bem animados para a nossa nova reunião. Muito
867 obrigado. Boa tarde a todos.